



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11413 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

**AMAZONIZAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS PARA NÃO PADRONIZAR O CURRÍCULO: CONTRIBUIÇÕES DE UM NÚCLEO DE PESQUISADORES DAS AMAZÔNIAS**

Arthane Menezes Figueirêdo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Salomão Antônio Mufarrej Hage - UFPA - Universidade Federal do Pará

Leila Maria Camargo - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**AMAZONIZAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS PARA NÃO PADRONIZAR O CURRÍCULO: CONTRIBUIÇÕES DE UM NÚCLEO DE PESQUISADORES DAS AMAZÔNIAS**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, voltada para a análise das produções acadêmicas e culturais desenvolvidas pelos pesquisadores de um grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Currículos e Processos Formativos de Professores e Professoras das Amazônia (Nucfor) com objetivo de “discutir como os estudos acadêmicos e culturais desenvolvidos no âmbito do Nucfor vêm contribuindo para a construção de um olhar diferenciado sobre a formação de professores que considere os territórios Amazônicos e o protagonismos dos povos que neles vivem” e valorize os saberes e vivências dos povos das Amazônia.

A pesquisa está vinculada ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), no âmbito dos programas de Pós graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), com financiamento da CAPES e fundamenta as discussões centrais na obra de autores como Apple (2003), Evangelista e Shiroma (2019); Hage et al (2020), Porto-Gonçalves (2001) e outros.

A Amazônia é um território complexo, diverso e composto por múltiplas manifestações socioculturais e marcas identitárias, que são expressões da vida, das resistências e das re-existências dos povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais que nela habitam, tanto no espaço urbano quanto rural e envolvem os saberes tradicionais construídos historicamente na região. No Brasil, os territórios Amazônicos incluem sete estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, Pará, Maranhão e Mato Grosso, cada um com suas peculiaridades, desafios e possibilidades próprias, comuns e específicas.

Entre os povos dessas Amazôniaas encontramos indígenas, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, camponeses, posseiros, agricultores familiares, assentados, sem-terra, sem teto, atingidos por barragem, migrantes de outras regiões brasileiras e estrangeiras, bem como latifundiário, madeireiros, fazendeiros e grandes produtores rurais. Todos: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em sua diversidade e complexidade, possuem relação específica com a terra e o território em que vive (HAGE et al, 2020).

As novas configurações das políticas educacionais para a formação de professores no Brasil vêm sendo contestadas por diversos educadores e também por entidades educacionais que discutem e lutam por uma educação pública de qualidade acessível a todos/as/es, reconhecida socialmente e que oportunize aos estudantes uma formação ampla e democrática (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019).

Entre as reformas educacionais brasileiras dos últimos anos, destacamos a Resolução CP/CNE n. 02/2019 (BRASIL, 2019), que instituiu a Base Nacional Curricular da Formação de Professores (BNC-Formação) e impôs, sem debate com as universidades e entidades educacionais, uma reformulação ampla dos currículos de todos os cursos de licenciatura no país, intensificou o controle do trabalho docente e dos demais processos formativos, com evidente alinhamento da formação aos interesses mercadológicos e à padronização dos currículos e das concepções de ensino e aprendizagem.

No bojo das discussões que envolvem a formação de professores no Brasil e nas Amazôniaas, o Nucfor vem se constituindo como um grupo de pesquisa da Amazônia, com pesquisadores de diversos estados da Região Norte do Brasil, que vem desenvolvendo “pesquisas e atividades acadêmico-culturais que evidenciem os saberes e vivências socioculturais singulares dos povos que vivem nas Amazôniaas brasileiras, com ênfase nos currículos e processos formativos de professores/as”, partindo de uma perspectiva contra-hegemônica, que discute e propõe alternativas aos projetos de reformulações curriculares e às novas diretrizes da formação de professores.

O Nucfor objetiva em suas produções, contribuir com a construção de novos olhares sobre a formação dos sujeitos e dos professores que considere os territórios amazônicos e as singularidades dos povos que neles residem e produzem suas existências, a fim evidenciar o protagonismo desses povos com suas práticas sociais, culturais e educativas nos currículos e

processos formativos, em contraposição à padronização e limitações do projeto hegemônico em curso.

## **MÉTODO**

O estudo teve caráter qualitativo e bibliográfico, numa perspectiva dialética. Foram analisados os trabalhos produzidos pelo Nucfor no período de 2019 a 2022, que se efetivaram em forma de artigos publicados em e-book e periódicos, ciclos de estudos e programações acadêmico-culturais em eventos científicos nacionais, com ênfase para as discussões que envolvem o campo da formação de professores, especialmente referentes às novas diretrizes que foram instituídas pela BNC-Formação, a qual obriga os currículos dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior públicas e privadas a passar por ampla reformulação.

A análise dos dados da pesquisa se deu a partir do confronto entre os achados da investigação e uma visão de formação que se contrapõe à formulação mercadológica, hegemônica, e que questiona as imposições massivamente reguladoras, pragmáticas e homogeneizantes das políticas educacionais brasileiras atuais.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A educação brasileira vem sendo reestruturada nos últimos anos, em atendimento aos interesses mercadológicos, trazendo como perspectiva mudanças curriculares e uma nova política de formação de professores que tendem a uma padronização do conhecimento e um processo de avaliação pautado na produção de índices de aprendizagem que seguem avaliações nacionais classificatórias.

Tais mudanças contaram com apoio de organismos internacionais e conglomerados empresariais e financeiros e organizações não governamentais do país e do exterior, a exemplo da Fundação Lemann, Banco Itaú, Instituto Natura, Banco Mundial, Movimento Todos pela Educação (TPE), entre outros, que têm influenciado fortemente nos processos educativos brasileiros, por meio da instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada às etapas da Educação Básica (BRASIL, 2018) e, recentemente a instituição da BNC-Formação, que impõe mudanças aos currículos dos cursos de licenciaturas, afetando a formação dos professores em todas as áreas (BRASIL, 2019).

As novas diretrizes da formação de professores definidas pela BNC-Formação estabelecem mudanças nos cursos que formam professores em todo o país,

desconsiderando as assimetrias regionais e os aspectos socioculturais das diversas e complexas regiões brasileiras, de forma que “estamos diante de um paradigma que centraliza a formação e a atuação docente a uma epistemologia da prática, prevalecendo assim o saber-fazer como elemento estruturante da formação” (COSTA; MATTOS; CAETANO, 2021, p. 905).

Nesse sentido, essas diretrizes contrariam a possibilidade de uma formação ampla e coerente com a afirmação da pluriversidade constituinte das territorialidades Amazônicas, que possa evidenciar o protagonismo dos povos que as habitam em seus diversos e complexos modos de ser e estar no mundo. Uma educação com os povos das Amazônias requer a compreensão de que existem conhecimentos para além dos acadêmicos e escolares e que eles são fundamentais para a vida dos povos e de seus territórios, pautados nas singularidades e complexidades de cada grupo/povo/etnia/comunidade que a compõe, tendo em vista que os saberes tradicionalmente construídos envolvem anseios, necessidades, modos de viver e de resistir aos desafios que existem nas áreas dos campos, das águas e das florestas.

Defendemos, nesse contexto que a educação não pode ser constituída a partir de um padrão externo, controlada por sujeitos que não conhecem a realidade amazônica, mas que seja construída coletivamente com a sua população, entremeando saberes que se voltam à produção da existência que se expressam nos aspectos ambientais, produtivos e sócio culturais que incidem na reprodução da existência das infinitas formas de vida que as Amazônias abrigam pois, como afirma Apple (2003), é necessário valorizar e considerar os saberes locais, produzidos nas comunidades.

Na perspectiva de tais afirmativas, o Nucfor vem desenvolvendo estudos, atividades de formação, vivências culturais e reflexões que envolvem os processos educacionais desenvolvidos nas Amazônias, ao tempo em que discute as imposições políticas de novos currículos padronizantes e opressores que vêm sendo implantados no Brasil a partir do ano 2017, com a homologação da BNCC e em 2019 com a BNC-Formação, que intencionam reconfigurar os processos formativos de todos os níveis e modalidades da educação brasileira, para alinhar-se ao mercado de trabalho dos grandes centros e aos modos de viver baseados no consumo e na acumulação de capital, privilegia determinados grupos, e ainda marginaliza os grupos minoritários e territórios menos importantes para os modos de produção hegemônicos, entre eles os povos e territórios amazônicos.

Assim, concordamos com Porto-Gonçalves (2001), que os territórios das Amazônias precisam ser desenvolvidos a partir de seus próprios interesses e não para atender expectativas internacionais ou apenas para o mercado se prevalecer de suas riquezas, o que não significa reforçar que a ideia de natureza imaginária.

Dessa forma, a produção acadêmico-cultural do Nucfor envolve atualmente quatro grandes eixos: 1. Produção de artigos científicos, resultantes das reflexões acadêmicas e dos autores que fundamentam as pesquisas em andamento no âmbito do Núcleo; 2. Ciclos de

estudos formativos, voltados à formação dos integrantes do grupo de pesquisa e interessados; 3. Elaboração de atividades culturais que integram a programação de eventos científicos de caráter nacional, em que se afirma a valorização dos saberes tradicionais dos povos amazônicos em interrelação com as culturas e os conhecimentos da academia e; 4. Criação e consolidação de uma rede de pesquisadores das Amazônias envolvendo professores e estudantes de graduação e pós-graduação, artistas, ativistas e integrantes de movimentos sociais.

No que tange às produções acadêmicas, o Nucfor já produziu e publicou três artigos, dois deles em periódicos com Qualis A2 e um integrante de um e-book produzido por pesquisadores de vários estados brasileiros, respectivamente, os seguintes artigos : “Formação em alternância na pós-graduação: pautando o currículo e a formação de professores nas Amazônias”, “BNCC e BNCF: padronização para o controle político da docência, do conhecimento e da afirmação das identidades” e “Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes”.

Em todos os textos, os autores evidenciam que a defesa de uma educação com os povos da Amazônia não pode ser pautada na padronização, que intenciona uma perspectiva monocultural, que limita o conhecimento e torna possível uma visão estereotipada e colonizadora das pessoas, especialmente as que residem em regiões marginalizadas, como a Amazônia, onde se tem ideia de que não há desenvolvimento e que os conhecimentos produzidos em seus territórios são inferiores.

No texto “BNCC e BNCF: padronização para o controle político da docência, do conhecimento e da afirmação das identidades” (HAGE et al, 2020) os autores contestam as novas diretrizes para os currículos da educação básica que têm que se adequar às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ainda com a formação de professores que foram instituídas de forma abrupta, sem discussão, corroborando com outras manifestações em contrário à sua implementação que têm sido lançadas desde então, contestando a visão de mundo que se quer implementar aos cursos de formação de professores no Brasil a qualquer custo e sem discussão.

Destacamos, nessa perspectiva, que os estudos do Nucfor corroboram com Instituições como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), entre outras, que vêm se manifestando contra tal normativa desde a sua homologação, evidenciando o descaso com que a educação vem sendo atacada e desvalorizada a partir de tais exigências que não representam os anseios das entidades e de outras instituições que não foram sequer ouvidas na construção da nova legislação.

Para além dos artigos publicados, o Nucfor desenvolveu nos anos 2020 e 2021, de forma virtual, em função da pandemia da COVID-19, ciclos de estudos formativos

envolvendo conhecimentos elaborados por pesquisadores das diversas Amazônias, voltados para os integrantes do grupo de pesquisa e interessados, totalizando dois encontros em 2020, oito em 2021 e um em 2022. Nesses encontros foram convidados pesquisadores que visibilizam em seus estudos vários aspectos relacionados aos territórios amazônicos, ensejando formas de valorização dos conhecimentos científicos produzidos em diálogo e com a valorização dos saberes dos povos tradicionais e camponeses das Amazônias.

Consta ainda como ação do Nucfor, a produção de programações culturais em eventos de natureza acadêmico-científico, nos quais vem se evidenciando e clamando por uma educação verdadeiramente construída e constituída com os povos das Amazônias, buscando fortalecer o enfrentamento à padronização no currículo e nos processos de formação dos educadores, que avança por meio das políticas educacionais hegemônicas.

As primeiras programações culturais em eventos científicos realizadas pelos integrantes do Nucfor foram produzidas em vídeos, considerando o contexto da pandemia, sendo o primeiro intitulado “do luto à luta”, apresentado na programação cultural do XXVIII Seminário Nacional da Rede Universitas, realizado pela Universidade Federal de Goiânia (UFG) no ano 2021 que retrata o contexto político de perdas para o ensino superior e a formação dos professores, com destaque para a apresentação de depoimentos de pesquisadores da rede e professores que atuam na pós graduação enfatizando as perdas do ensino superior e da formação de professores nos últimos anos.

Na mesma perspectiva de aprofundamento do debate para a defesa da educação pública no Brasil e a necessidade de olhar para a diversidade sociocultural da Amazônia como protagonismo de sua história foram produzidos quatro vídeos apresentados na abertura e ao longo da programação da 40ª Reunião Nacional da Anped, ainda no ano 2021, realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com a temática “Amazonizando a ANPED com os rostos, as vozes, as mãos e os saberes dos Povos das Amazônias” e; em 2022, a produção cultural do grupo avança na criação e apresentação de uma programação presencial na XXIX Seminário Nacional da Rede Universitas realizado na Universidade Federal do Amapá (Unifap) que teve por tema: “Alumiando os caminhos da educação superior no Brasil com as Porongas dos povos da Amazônia”, envolvendo música e uma encenação cultural voltadas à temática.

Na produção acadêmica, destacamos os artigos produzidos pelo Nucfor, que envolvem estudos bibliográficos e documentais, sobre a questão do currículo e da formação de professores, especialmente os que abordam a BNCC e a BNC-Formação, em suas investidas teórico-práticas no campo do currículo e formação de professores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao discutir as novas diretrizes formativas percebemos um profundo distanciamento das novas configurações requeridas com as discussões inerentes aos saberes historicamente construídos pelos povos que vivem nas Amazônias, fortalecendo a ideia de que os conhecimentos dos povos Amazônicos são inferiores, no entanto, são exatamente tais saberes que fazem com que os povos da Amazônia existam, resistam e re-existam aos ataques às suas riquezas, constantemente ameaçadas. Nesse sentido, a BNC-Formação é uma diretriz que atenta contra a produção de saberes próprios de cada território, tendo em vista alinhar a formação de professores a uma perspectiva padronizada de curso e perfil profissional dos futuros docentes, numa visão reducionista, pragmática e reprodutora de concepções externas.

Observamos que os processos de construção curricular coletivos se expressam na afirmação da interculturalidade e valorização dos saberes, tecnologias e epistemologias pluriversas, considerando os embates e disputas pelo projeto de sociedade que queremos construir. Tais perspectivas defendem, em conjunto com muitas entidades e organizações representativas dos trabalhadores e profissionais da educação, a epistemologia da práxis, como referência para orientar as políticas e práticas educativas neste campo, articulada à Pedagogia da Alternância que realiza articulação entre a Educação, Trabalho e Território, como referências para a formação humana e profissional dos educadores e educadoras que vão conduzir os processos educativos dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, de forma a contribuir com a valorização e protagonismos dos sujeitos e de seus territórios nos processos formativos, assim como dos movimentos sociais e de suas produções culturais.

**Palavras-Chaves:** Amazônias. Base Nacional da Formação de Professores. Formação de Professores. Padronização curricular. Região Norte.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à Direita:** Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da**

**União.** Seção 1, Brasília, DF, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file Acesso em 20 jul 2022.

COSTA, Eliane Miranda; MATTOS, Cleide Carvalho de; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. Implicações da BNC-Formação para a universidade pública e formação docente. **RIAAE**—Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 896-909, mar.2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924/10561> Acesso em 13 jul 2022.

EVANGELISTA; Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Organizações multilaterais, redes de governança e políticas educacionais. **Revista Roteiro.** V. 44. N. 3, pp. 1-6. Set/dez. 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23373> Acesso em 13jul 2022.

HAGE, Salomão Antonio Mufarrej; CAMARGO, Leila Maria; GOMES, Raimunda Kelly; FIGUEIRÊDO, Arthane Menezes. BNCC e BNCF: padronização para o controle político da docência, do conhecimento e da afirmação das identidades. *In:* Uchôa, Antonio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.) **Diálogos Críticos 2: Reformas Educacionais: avanço ou precarização da educação pública.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020. P. 142-178.

PORTO-GONÇALVES, Walter. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.